

AMAZÔNIA E OS RISCOS DA SOBERANIA DO BRASIL

GENERALROCHA PAIVA



COLETÂNEA DE ARTIGOS



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS



“Insensatez qualifica a política impatriótica de governos brasileiros, na Amazônia, mesmo cientes da secular cobiça de potências estrangeiras, manifestada em sucessivas tentativas de suprimir ou limitar a nossa soberania na região”.

Gen Rocha Paiva/2011



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

www.sagres.org.br

SAGRES

Política e Gestão Estratégica Aplicadas

Presidente

Verônica Korílio

Vice-Presidente Executivo

Jacinto Mendes Lopes Júnior

FICHA CATALOGRÁFICA

Rocha Paiva, Luiz Eduardo

Amazônia e os riscos da soberania do Brasil - Coletânea de artigos /
Luiz Eduardo Rocha Paiva. – Brasília/DF, SAGRES, 2019.

36 p.

SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas

1. Amazônia. 2. Soberania Nacional. 3. Florestas Tropicais. 4. Defesa
Nacional. 5. ONGs Internacionais 6. Política Nacional

ISBN 978-xxxxxxxxxxxxxxxxx

Diagramação: Luís Henrique Sganzella Lopes

* Foto da capa: Vista aérea da Floresta Amazônica. Foto: Reprodução

* Foto da última capa: Floresta Amazônica vista de satélite. Foto: site Educezimbra

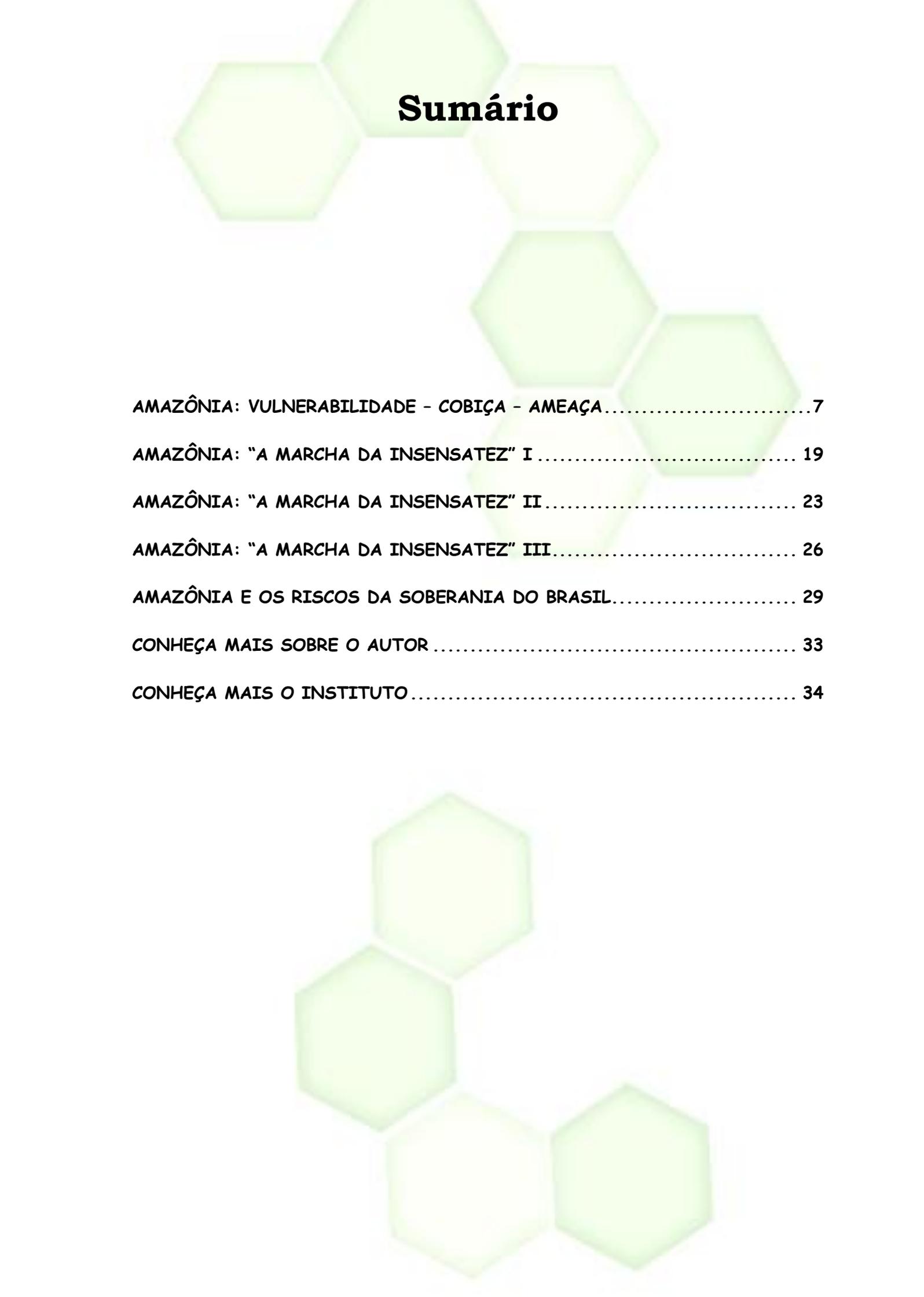
As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

© SAGRES. 2019. Todos os direitos reservados



GENERAL ROCHA PAIVA

O autor é General -de- Brigada do Exército Brasileiro, doutor em ciências militares, com especialização em política, estratégia e alta administração do Exército, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foi Comandante e Diretor de Ensino da mencionada Escola em 2004, 2005 e 2006. Passou à reserva remunerada em julho de 2007, quando era Secretário-Geral do Exército.



Sumário

AMAZÔNIA: VULNERABILIDADE - COBIÇA - AMEAÇA.....	7
AMAZÔNIA: "A MARCHA DA INSENSATEZ" I	19
AMAZÔNIA: "A MARCHA DA INSENSATEZ" II	23
AMAZÔNIA: "A MARCHA DA INSENSATEZ" III.....	26
AMAZÔNIA E OS RISCOS DA SOBERANIA DO BRASIL.....	29
CONHEÇA MAIS SOBRE O AUTOR	33
CONHEÇA MAIS O INSTITUTO	34

vitais, no futuro, para as grandes potências, que já demonstraram como atuam nesses casos, inclusive em conflitos contemporâneos.

Se a Nação não for alertada para isto, claramente, como não vem sendo, continuará a criar, ela própria, as condições objetivas para a ingerência internacional, no sentido de impor uma soberania compartilhada na região. Não se culpe, exclusivamente, os sucessivos governos a partir de 1990, pois existem várias instituições e segmentos da sociedade que conhecem o problema e têm se omitido ou apenas atuado de maneira débil para mobilizar a Nação em face de um tema que diz respeito à própria dignidade nacional.

A sociedade precisa conhecer o risco que envolve não ocupar, não povoar, não desenvolver, não integrar, não defender e, também, não preservar a Amazônia, pois só assim passará a exigir medidas preventivas, contrapondo-se a diversos atores adversos. Precisa saber, principalmente, que a Amazônia não é problema, mas sim solução.

Um dos motivos principais da falta de recursos para as FA é a crença, equivocada, dos brasileiros em que o País não tem ameaças. Isto ocorre por causa de nossa incapacidade de antevê-las, por falta de visão estratégica – visão de futuro. A Política de Defesa Nacional contribui para este quadro, pois deveria caracterizar uma ameaça prioritária, dentre as chamadas ameaças difusas.

Vamos mostrar, neste texto que ela é real.

2. VULNERABILIDADE.

A Amazônia Brasileira é um espaço rico em recursos e vazio em população, agências e órgãos do Estado.

É comum Organizações Não Governamentais (ONG) ocuparem os espaços que cabem ao Estado Brasileiro, sendo que muitas dessas organizações representam, veladamente, interesses internacionais públicos ou privados. Várias ONG não têm nenhum compromisso com o Brasil e atuam política e estrategicamente no sentido de que as populações indígenas, no futuro, constituam nações autônomas.

A região em pauta está inserida, por direito, em nossas fronteiras, mas ainda não foi efetivamente ocupada e integrada, de fato, à Nação. A vulnerabilidade fica, então, caracterizada: pelo vazio de poder fruto da ausência do Estado, substituído por ONG e outros entes, muitas vezes, representando interesses estrangeiros; pelo baixo grau de integração física da região ao País; pela imensa riqueza em recursos estratégicos - futuramente escassos no mundo - e pela cobiça internacional perfeitamente conhecida.

Historicamente, um quadro como este já seria suficiente para caracterizar uma ameaça. Ela parece tão clara, que é de se preocupar não haver, praticamente, nenhuma manifestação contundente de nossas lideranças a respeito.

3. COBIÇA INTERNACIONAL.

Não se trata de algo novo, mas, nas últimas décadas, vem se acentuando o interesse internacional sobre a região e ele tende a aumentar, até mesmo como consequência do fenômeno da globalização e da questão ambiental.

A partir dos anos 90, foram várias as manifestações de estadistas, chefes de governo, autoridades, organismos e organizações internacionais contestando a soberania dos países condôminos da Amazônia sobre a mencionada região. Dentre as personalidades mais conhecidas destacam-se: Mitterrand, Henry Kissinger, Margareth Thatcher, Gorbatchov e Al Gore.

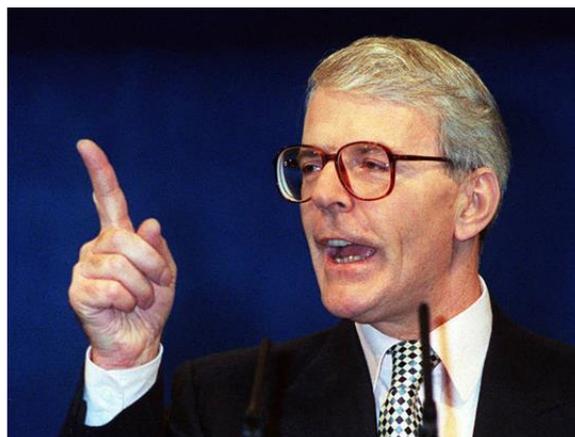


“O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos Organismos Internacionais competentes”.

Declaração feita em 1992.

Foto: obtida da internet no site onthisday.com

Em 1992, o então Primeiro Ministro da Inglaterra – John Major – declarou: “as campanhas ecologistas internacionais sobre a região amazô-



John Major – Primeiro Ministro da Inglaterra em 1992

Foto: obtida da internet no site lbc.co.uk/

nica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região”. Naquele ano, foi realizada a conferência internacional sobre o meio ambiente no Rio de Janeiro (ECO/92), que coincidiu com a criação da Reserva Ianomâmi, desencadeando um processo de estabelecimento de imensas Reservas Indígenas. Hoje, elas ocupam 12% do território nacional. São conhecidas as fortes pressões do Governo dos EUA para a criação da Reserva Ianomâmi, inclusive ameaçando fazer uma campanha para boicotar a ECO/92.

Em 1998, Patrick Hugles, Chefe do órgão central de informações das FA dos EUA, em palestra realizada no Instituto de Tecnologia de Massachusetts disse: “caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos EUA, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente”.

Em 2005, Pascal Lamy, Diretor-geral da Organização Mundial do

Comércio, manifestou que: “a Amazônia e as outras florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas à gestão coletiva, ou seja, gestão da comunidade internacional”. O que preocupa é ouvir de um secretário do alto escalão do MRE, proferindo palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, após este comentário do Sr. Pascal Lamy, que o segmento diplomático brasileiro “tinha ficado satisfeito com a eleição do Sr. Lamy para o cargo na OMC, uma vez que se tratava de um amigo do Brasil”.

Em 22/09/2005, o Senador Mozarildo Cavalcante (RR), em discurso no Senado sobre a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, relatou que o Presidente da República mencionara, em audiência com autoridades de Roraima, ter sofrido pressões de ONG europeias, da OEA e da USP para a demarcação da Reserva em terras contínuas. Verifica-se, coincidência ou não,

Reserva Raposa Serra do Sol



Imagem: obtida da internet no site stropatus.wordpress.com

que sempre que o Brasil tem algum tema importante em negociação com o primeiro mundo, particularmente que implique viagem presidencial ao exterior, após o regresso, é tomada alguma decisão que atende a interesses estrangeiros na Amazônia.

Existem grupos, empresas, laboratórios, indústrias e ONG de “fachada”, que estão presentes, ou desejam estar pesquisando e explorando a região sem o controle do Estado, e transferindo recursos e conhecimentos, para o exterior, em detrimento ao Brasil.

O enorme potencial em riquezas e sua escassez a médio ou longo prazo são razões suficientes para as pressões internacionais, no sentido de impedir que o Brasil explore seus recursos, mantendo-os intactos para o uso de outros atores no futuro.

Fica, assim, caracterizada a cobiça internacional, particularmente das maiores potências, por uma região tão rica e vulnerável de nosso País.

4. TEMAS DA AGENDA INTERNACIONAL.

Existem alguns temas da agenda mundial que estão diretamente relacionados com o problema em pauta, aconselhando uma atuação pró-ativa, enérgica e permanente do Estado, que precisa demonstrar capacidade de controlar a região. Assim, pode-se evitar que os temas sejam usados como pretexto para respaldar pressões internacionais, que recebem, muitas vezes, o apoio de pessoas e organizações do País,

agindo por convicção ou fazendo o jogo de interesses estrangeiros.

Destacam-se, a seguir, três temas que merecem atenção especial do brasileiro.

a. Questão Ambiental.

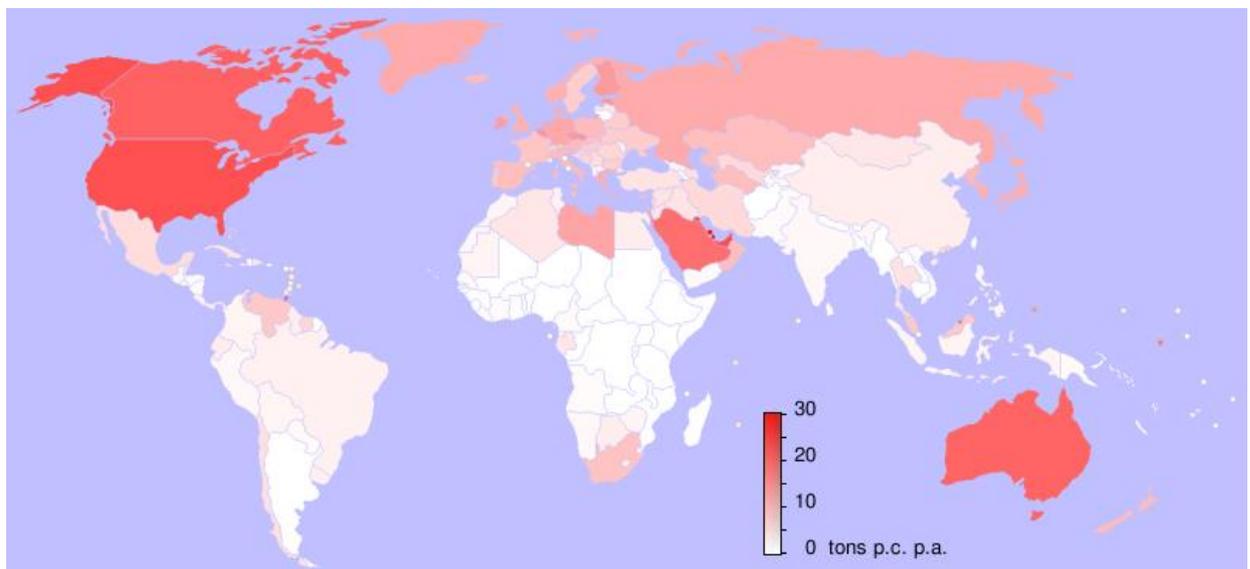
É necessário um controle eficaz da ocupação, exploração e do desenvolvimento da região, no sentido de coibir crimes ecológicos e preservar, com inteligência e sem radicalismo inconsequente, o meio ambiente. Isto é fundamental para evitar campanhas contra o desenvolvimento sustentável da região, condição importante para sua integração ao restante do País e para neutralizar a concretização da ameaça em questão. Infelizmente, os sucessivos governos têm demonstrado pouca eficácia ou, talvez, pouco interesse em conduzir o processo de ocupação, desenvolvimento e preservação da Amazônia.

Hoje, com o propalado aquecimento global, a questão do desmatamento na Amazônia vem ocupan-

do largo espaço na mídia. Há uma tendência a desviar o foco do debate dos grandes poluidores, superdimensionando e enfatizando o problema das queimadas, de modo a preparar o terreno para futuras pressões com o objetivo de justificar a ingerência internacional.

Na reunião da ONU sobre mudanças climáticas em Bali – Indonésia (dezembro de 2007), o nosso governo flexibilizou sua posição sobre os “mecanismos de redução de emissões de desmatamento e degradação”. Acordos que impliquem receber indenização dos países ricos para conservar a floresta e diminuir a emissão de CO₂ (os chamados créditos de carbono) ou receber recursos de um fundo internacional de combate ao desmatamento, poderão comprometer a nossa soberania na administração da Amazônia Brasileira. Afinal, quem paga se acha no direito de exigir. Falta é vontade política para dar a devida prioridade à integração, ao desenvolvimento e controle da ocupação da região.

NÍVEL DE EMISSÃO DE CO₂ NA ATMOSFERA, POR PAÍS NO PLANETA (ano base 2006)



O Brasil figurava na 120ª posição do ranking mundial de emissão de CO₂ em 2006

Imagem: obtida da matéria “List of countries by carbon dioxide emissions per capita” by wikimedia.org

b. Delitos Transnacionais e Segurança Pública.

É preciso exercer o controle eficaz e permanente da faixa de fronteira e do espaço aéreo, coibir a violência rural, neutralizar o poder do crime organizado e de outros bandos armados que atuam ao arrepio da lei, infiltrados em grupos de interesses opostos que se enfrentam em algumas áreas da região.

c. A Questão Indígena.

Há que se retomar a antiga política de integração do indígena brasileiro à Nação e à sociedade, revertendo a atual orientação segregacionista, que atende a interesses estrangeiros e reforça a ameaça, pois prepara o caminho para a constituição de “nações indígenas”, como desejam muitas ONG, países, organizações e organismos internacionais. A integração, o estudo e a adoção de novos hábitos não impedem que sejam preservados o idioma, o folclore e as tradições das diversas tribos indígenas do Brasil. Como desejar que um ser humano, que vê uma televisão, um avião, um computador e outros meios que valorizam a vida e contribuem para o bem-estar e a saúde, seja segregado e fique estagnado na “idade da pedra”?

Os descendentes de japoneses, europeus e africanos, perfeitamente integrados à sociedade, conseguem manter seus laços culturais sem deixar de desfrutar das benesses do progresso.

A partir de 1992, houve um incremento importante na criação de Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC). Hoje, estas áreas correspondem à extensão territorial

da França e da Alemanha reunidas, perfazendo mais de 12% do território nacional. A população indígena está em torno de 400 mil **brasileiros índios**. Os 85% restantes do nosso território ficam para os outros 180 milhões de brasileiros.

Se analisarmos o Estado de Roraima, destaca-se que mais de 60% de suas terras são TI. Tal fato poderá inviabilizar seu desenvolvimento e, paulatinamente, causar o esvaziamento populacional pelos brasileiros não índios. Simultaneamente, pode-se prever o crescimento da população indígena brasileira nas TI, onde está sob forte influência de ONG ou outras organizações, muitas sem nenhum compromisso com o Brasil e recebendo o apoio de potências globais. Estas ONG e organizações não consideram os indígenas como cidadãos brasileiros e defendem que eles se reúnam em “nações” autônomas. De fato, em setembro de 2007, a ONU aprovou a **Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, que inclui o direito à autodeterminação, a vetar operações militares e a estabelecer instituições políticas, sociais, econômicas e jurídicas nas TI**. É triste constatar que existem brasileiros e movimentos nacionais que pensam assim, porém, o mais grave é que o Brasil não votou contra a mencionada Declaração. E agora? O que falta?

A Guiana anunciou que poderá ceder o controle de seu território amazônico, vizinho a Roraima, ao governo britânico. Assim, teremos três potências estrangeiras fazendo valer seus interesses na região, apoiadas em espaços físicos, considerando a Guiana Francesa e o Suriname – ex-colônia holandesa –

onde também existe um movimento que visa reatar laços de dependência com a antiga metrópole. Inglaterra, França e Holanda apoiam fortemente ONG ambientalistas, tanto política quanto economicamente.

A história recente nos mostra a questão do Kosovo (Sérvia) onde o paulatino esvaziamento da região pelos sérvios e o conseqüente crescimento da população albanesa criaram um fato consumado, que levou à perda da soberania, pela Sérvia, sobre aquela parte de seu território. Houve intervenção militar violenta de potências estrangeiras, com aval da ONU e sob o comando da OTAN. Há poucos dias, como desenlace facilmente previsto, o Kosovo declarou sua independência.

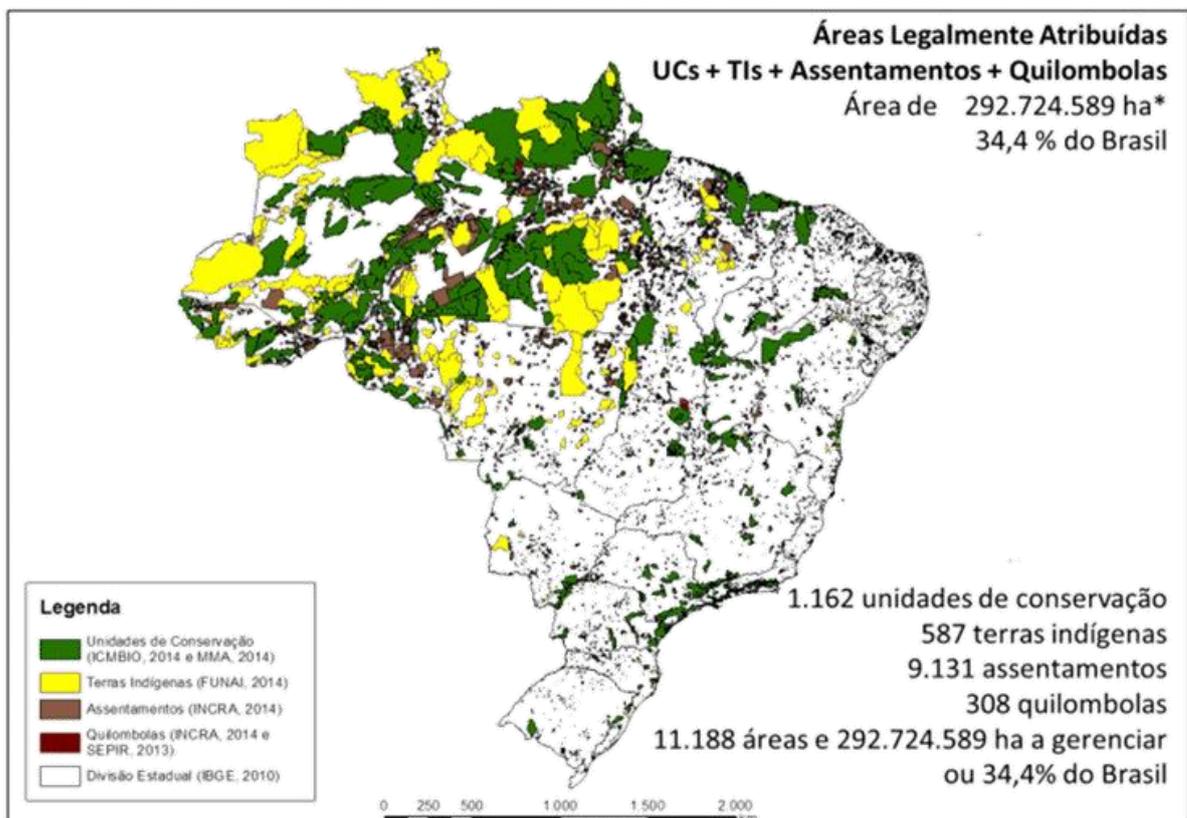
O arco fronteiro do Brasil na região está pleno de TI e UC, o que dificulta a vivificação de nossas fronteiras, mantendo-as como espaços abertos e difíceis de controlar e defender.

O cenário aqui descrito de maneira sucinta **foi estabelecido pelo próprio País**, que acatou pressões externas e internas, criando e potencializando, assim, a vulnerabilidade já comentada.

5. SOBERANIA COMPARTILHADA.

Um vazio de poder como o que constatamos na Amazônia não será permanente. Será ocupado pelo Brasil ou por outra potência, coalizão ou organismo internacional.

ÁREAS LEGALMENTE ATRIBUÍDAS



* Existe uma área de assentamentos registradas no INCRA que ainda não foi vetorizada no total de 10.131.769 ha, podendo fazer o valor total das áreas legalmente atribuídas chegar a **302.856.358 ha ou 35,6% do Brasil**

Fonte: EMBRAPA. Disponível no site <https://www.embrapa.br/gite/projetos/analiseespecial/index.html>

A soberania compartilhada não será, necessariamente, resultado de uma invasão, conquista ou ação militar direta em toda região. A pressão internacional em todos os campos do poder, inclusive, com apoio de grupos nacionais vem comprometendo a nossa soberania, particularmente a partir do início da década dos 90, por meio de “ações sucessivas”. Chegará o momento em que estarão estabelecidas as condições objetivas para uma “resolução” ou “declaração” de potência, coalizão ou organismo internacional, no sentido de impor a soberania compartilhada na região.

Tais condições estão sendo delineadas, principalmente, em Roraima, pelas razões já comentadas, agravadas pela sua posição geoestratégica mais exposta a ações militares estrangeiras que o arco fronteiriço a oeste e ao sul da Amazônia.

A perda da soberania plena sobre qualquer parte do nosso território será um precedente perigoso pois, além de motivar alguns vizinhos a buscar a revisão de tratados de limites com o Brasil, vai resultar na reação violenta de setores importantes da nossa sociedade que não aceitarão tal imposição.

Não é provável uma invasão total da Amazônia, pois seria praticamente inviável e muito oneroso. Soberania compartilhada deve ser entendida como a posse nominal pelo Brasil, arcando com o ônus da administração, mas permitindo que a maior parte dos bônus, das riquezas, fique com a “comunidade internacional”, leia-se as grandes potências.

A integração da América Latina, onde se insere a América do Sul, é um dos objetivos nacionais constantes da Constituição Federal (Título I, Art. 4). O Brasil tem um importante papel a desempenhar nessa integração, fruto de sua posição geopolítica decisiva nas Bacias do Prata e do Amazonas. No que diz respeito à América do Sul, a Amazônia Brasileira é o amálgama que unirá os países condôminos.

Se o Brasil não exercer soberania plena sobre a sua região amazônica, não terá um papel decisivo nesse processo de integração, o qual poderá não se concretizar ou ser conduzido por outro ator.

A propósito, o Tratado de Cooperação Amazônica, que reúne os países da região, é uma oportunidade para a proteção dos nossos interesses, mas, também, pode ser uma ameaça, pois os países signatários estão sempre sujeitos a pressões das grandes potências, havendo o risco de adotarem posições que nos sejam prejudiciais.

6. A CAPACIDADE DE DISSUAÇÃO.

Não se visualiza sua concretização, nem em longo prazo, pois não são destinados recursos suficientes para o reaparelhamento das FA, não há um projeto de reativação da indústria de defesa, apenas as repetidas e não cumpridas promessas, e o País aceita pressões internacionais em prejuízo de seu pleno desenvolvimento científico-tecnológico.

O material de emprego militar é quase todo importado, no que se

refere aos equipamentos e armamentos que fazem diferença no campo de batalha. Somos dependentes da vontade alheia para nos mantermos em operações, até mesmo, por curto prazo. Esta situação agrava nossa mencionada vulnerabilidade, considerando agora o campo militar.

Deve-se ter em mente que a defesa da Amazônia começa no Atlântico e no espaço aéreo.

A concretização de um interesse estrangeiro na Amazônia será buscada mediante a ameaça de paralisação do País através do bloqueio ou da destruição de pontos sensíveis do território nacional no Sul, no Sudeste, na plataforma marítima ou no centro de poder. Assim, a defesa da Amazônia começa no mar e no céu, com o fortalecimento dos poderes naval e aeroespacial, concomitantemente com o poder terrestre.

A capacidade de dissuasão militar diante de grandes potências mundiais ou de organismos de segurança coletiva está longe de ser efetiva. Na realidade, não existe.

Fica no ar um questionamento. Como pensar que a sociedade, carente de recursos em diversos setores, vai concordar em empregar parte destes para alcançar uma capacidade de dissuasão, que julgamos importante, se nós não formos capazes de mostrar-lhe a necessidade de fazê-lo? Se não deixarmos bem claro o **vulto da ameaça** contra a qual ela deve ter tal “seguro de vida”? Se nós **não temos visão estratégica** para prever o que existe “do outro lado da colina”?

7. CARACTERIZAÇÃO DA AMEAÇA.

Definidas as vulnerabilidades do Brasil na região, a cobiça internacional e a nossa incapacidade de dissuasão militar, pode-se caracterizar o possível cenário de crise, a médio ou longo prazo, que passamos a descrever a seguir.

“Os recursos existentes na Amazônia, muitos recentemente descobertos, passam a ser escassos no mundo e vitais para as grandes potências e seus aliados, como são os do Oriente Médio na atualidade.

É desencadeada uma intensa campanha em escala mundial de modo a apresentar o Brasil como um País que não tem condições de gerir a Amazônia, preservar o meio ambiente, apoiar e proteger as populações indígenas e coibir o tráfico de drogas e outros delitos transnacionais. Procura-se mostrar a necessidade de ingerência internacional para assegurar o desenvolvimento sustentável da região e o aproveitamento de suas riquezas por “toda a comunidade de nações”, bem como para deter a destruição da floresta (“pulmão do mundo”), que alegam ser uma das principais causas do aquecimento global.

Potências, coligadas ou não e com ou sem o aval da ONU, pressionam ostensivamente o Brasil nos campos político, psicossocial (propaganda adversa e guerra psicológica), econômico (boicote) e científico-tecnológico (boicote), aplicando a estratégia indireta, a fim de serem atendidas em seus interesses sem a necessidade de empregar o poder militar.

O Governo resiste a essas pressões, que comprometem a soberania nacional, e sofre a escalada dos boicotes e da propaganda adversa a que se soma, agora, a ameaça, no campo militar, de ocupação, bloqueio ou destruição de áreas estratégicas sensíveis do território nacional, não necessariamente na Amazônia. Tentam, assim, evitar uma intervenção com tropa naquela região, por considerar que o custo poderia ser elevado. Nesse momento, as potências passam ao emprego da estratégia direta”.

(Na intervenção da OTAN no Kosovo - Sérvia, há alguns anos, não houve combate terrestre, pois o governo sérvio cedeu após o País sofrer intensa campanha aérea.).

Este quadro adverso é o provável desfecho da ameaça que se está desenhando, há cerca de 15 (quinze) anos, por meio de ações sucessivas que vêm limitando progressivamente a soberania do Brasil na Amazônia. O País precisa reverter suas vulnerabilidades na região e sua incapacidade de dissuasão militar, para não dar margem à concretização da ameaça aqui caracterizada.

8. O CAMINHO DE VOLTA.

Como se vê, já foram dados vários passos importantes no aproveitamento e agravamento de nossas vulnerabilidades na região.

O Brasil precisa reaprender a

ESCLARECIMENTO: A AMAZÔNIA NÃO É O PULMÃO DO MUNDO



A manutenção da floresta é fundamental para o clima, mas a floresta consome quase todo o oxigênio que produz. O pulmão do mundo são as algas marinhas.

Foto e textos da legenda e do título da imagem foram extraídos da matéria publicada pela Revista Super Interessante Disponível no site: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-amazonia-nao-e-o-pulmao-do-mundo>

pensar estrategicamente e a antever ameaças, para neutralizá-las com oportunidade, bem como ter o cuidado de não adotar, no presente, medidas que serão exploradas contra nossos próprios interesses nos conflitos, armados ou não, que, certamente, iremos enfrentar no futuro.

Quem espera “ver para crer” em uma ameaça não age proativamente e pagará um preço alto por não ter sido previdente. Quando for reagir, não estará preparado e será tarde demais.

À atual situação, devemos fazer o “Caminho de Volta”, também com ações sucessivas, por meio de um Projeto de Integração da Amazônia, com características como, dentre outras:

- alcance e conscientização nacionais, sendo um Projeto de Estado, não de governo;
- visão de futuro definida em todos os campos do poder;
- controle das ONG e de outros atores, particularmente estrangeiros, que atuam na região;
- apoio e ampliação do Programa Calha Norte;
- ações estratégicas e metas sucessivas (paulatinas), como forma de restringir (administrar) as reações internacionais que vão se fazer presentes;
- revisão de políticas, atualmente em vigor, sobre meio ambiente, TI e UC;
- definição dos polos de desenvolvimento e da infraestrutura de apoio, com os incentivos correspondentes;

- focos no desenvolvimento, com preservação ambiental, e na ocupação e vivificação, assegurando a proteção às populações indígenas; e
- vontade nacional para enfrentar reações internacionais com altivez e dignidade.

O Projeto deveria ser conduzido por um Ministério de Amazônia e sua prioridade seria voltada para os campos político, econômico, psicossocial e científico-tecnológico mais do que para campo militar, pois naqueles setores estão nossas vulnerabilidades que exigem neutralização mais urgente. No entanto, as FA teriam um papel fundamental no apoio e na implementação das ações estratégicas, como sempre o fizeram, de acordo com suas missões complementares e subsidiárias. No Projeto, elas deveriam substituir ou controlar ONG e outros atores que atuam nas TI e UC da região.

9. CONCLUSÃO.

Creio ter ficado claro que existe uma ameaça concreta à nossa soberania e integridade territorial. Ela é fruto da vulnerabilidade apresentada, da falta de vontade política, da cobiça internacional, da falta de visão prospectiva do Brasil, da demora na integração de um importante espaço vital para o País, da alienação da sociedade e de nossa fraqueza militar. Tal ameaça vem sendo construída há cerca de 15 (quinze) anos.

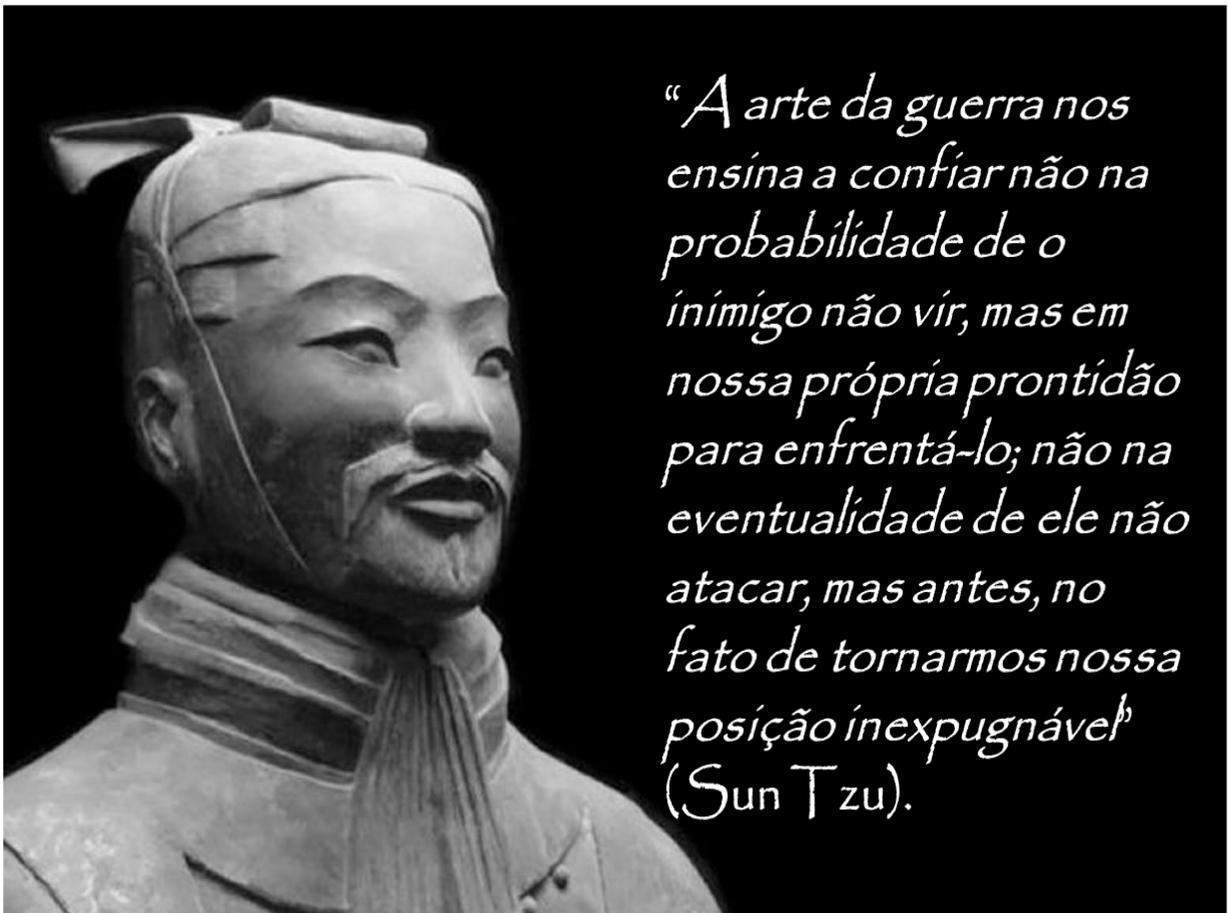
Há condições de revertermos a tendência à concretização desta ameaça, pois as áreas estratégicas onde as potências estarão engaja-

das, prioritariamente, nos próximos anos, não estão na América do Sul. Por outro lado, o Brasil tem demonstrado ser um País que supera com agilidade seus desafios, uma vez que deles tome consciência. Falta, portanto, perceber a ameaça e compreender seu significado e perigo.

Deve-se ter cuidado com a supervalorização do conceito de “novas ameaças”, pois pode nos levar ao desvio de nosso adiestramento e da construção de nossa capacidade de dissuasão militar. Tal conceito,

relativamente novo, parece servir ao objetivo manifestado pelos EUA, no início dos anos 90, de mudar a destinação das FA dos países da América Latina.

“A arte da guerra nos ensina a confiar não na probabilidade de o inimigo não vir, mas em nossa própria prontidão para enfrentá-lo; não na eventualidade de ele não atacar, mas antes, no fato de tornarmos nossa posição inexpugnável” (Sun Tzu).



Estátua de Sun Tzu.

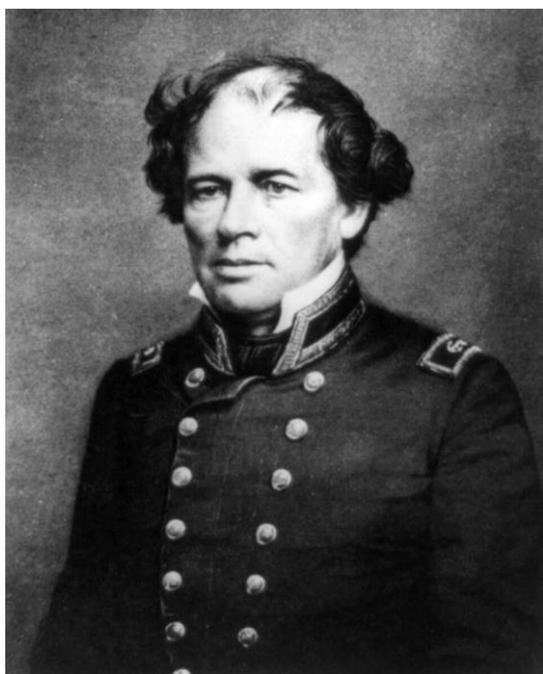
Imagem: Site <https://www.culturagenial.com/livro-a-arte-da-guerra/>

AMAZÔNIA: “A MARCHA DA INSENSATEZ” I

Cuidado com o Sínodo do Vaticano

**General da Reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva
(Texto de 2011)**

Nos anos 1980, a historiadora Barbara Tuchman publicou o livro "A Marcha da Insensatez – de Tróia ao Vietnam", um best-seller mundial. Usou eventos históricos para mostrar como governantes criam condições objetivas para futuros desastres quando decidem movidos por ambições políticas e vaidades, sem compromisso com os anseios e necessidades de seus povos e nações.



**Matthew Fontaine Maury – Oficial da
Marinha dos Estados Unidos**

Foto: obtida da internet no site
<https://tennesseeencyclopedia.net>

Insensatez qualifica a política impatriótica de governos brasileiros, na Amazônia, mesmo cientes da secular cobiça de potências estrangeiras, manifestada em sucessivas tentativas de suprimir ou limitar a nossa soberania na região. Nos anos 1850, Matthew F. Maury, oficial da Marinha dos EUA, propugnava a abertura da navegação na bacia amazônica e a sua ocupação por contingentes de negros após a abolição da escravatura naquele país. Em 1904, a Questão do Pirara resultou na perda de 19.600 Km² do território nacional para a Guiana Inglesa, então colônia britânica. São apenas dois de muitos exemplos dessa cobiça.

Líderes mundiais já propuseram publicamente a ingerência internacional no aproveitamento das riquezas de espaços pouco explorados de outras nações, tendo estadistas como Mitterand (1989), John Major (1992) e Gorbachev (1992) citados na Amazônia.

Hoje, as potências estrangeiras são mais sutis, usando ONGs, grupos privados e organismos interna-

cionais como a OEA e a ONU para pressionar pela autonomia das terras indígenas (TIs) brasileiras e impedir projetos nacionais de desenvolvimento na região. Até mesmo o Vaticano se aliou a esse movimento, que fere a soberania nacional e se camufla com desgastado discurso ambientalista, indigenista e internacionalista, iludindo ingênuos brasileiros ou indo bem ao gosto de globalistas apátridas. Querem preservar agora para explorar amanhã, impondo seu acesso privilegiado aos recursos amazônicos à revelia dos interesses e direitos brasileiros.

Essa marcha da insensatez começou com a demarcação da TI Ianomâmi (1991) e prosseguiu com as do Alto Rio Negro (1998), Vale do Javari (2001), Tumucumaque (2002), Raposa Serra do Sol (2005) e Trombetas-Mapuera (2008) que cobriram, perigosamente, a fronteira ao norte e a sudoeste do rio Amazonas. Todas nos governos entreguistas de Collor, FHC e Lula. Em todo o Brasil, 608 TIs já ocupam mais de 13% do território nacional, área igual às do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e sul de Minas Gerais somadas. Tudo para apenas 800 mil indígenas, separados dos mais de 200 milhões de irmãos brasileiros pela política segregacionista desses governos, complacentes com a campanha desnacionalizadora e separatista de ONGs estrangeiras em TIs,

posto que temerosos de reações internacionais.

A marcha avançou em 2007 quando o governo votou pela Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, na ONU, aceitando que tenham autogoverno, autodeterminação, instituições políticas e sistemas jurídicos próprios, constituam nações indígenas e vetem atividades militares e medidas de governo nas TIs. É autonomia superior à dos estados da Federação e, com 608 TIs, como ficará a governabilidade do País?

O artigo nº 42 da Declaração ampara a intervenção internacional para obrigar o seu cumprimento, agredindo soberanias e patrimônios nacionais e tornando inócua o artigo 46, que garante apenas a integridade territorial e unidade política dos Estados. Estas se tornaram ilusórias para o Brasil após limitar a própria soberania reconhecendo, de fato, em seu interior, 608 nações indígenas, estrangeiras para a comunidade global, que não reconhece o índio como brasileiro.

Os indígenas serão insuflados a exigir o cumprimento da Declaração, embora ela ainda não tenha validade, por não ter sido aprovada no Congresso Nacional. Se não forem atendidos e se revoltarem, havendo repressão do governo, serão instados a solicitar a intervenção da ONU com base em Resolução de 2005 – “Responsabilidade de Prote-

ger”. Lembro que povo, território, nação e instituições políticas são as bases de um estado-nação.

A marcha foi reforçada, mais uma vez pelo governo, ao lançar o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (2009), onde preconiza

tornar constitucionais os instrumentos internacionais de direitos humanos não ratificados pelo Congresso Nacional. Se isso acontecer, caem as 18 ressalvas constantes na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol, que resguarda



Gráfico1
Tamanho das Terras Indígenas



* ha = hectares
1 ha = 10.000 m²

Gráfico2
Números de habitantes dentro das Terras Indígenas



Fonte: Instituto Socioambiental, 2012

dam a soberania nacional em todas as TIs. A Portaria nº 303/2012 da AGU, que regulamentaria essas ressalvas, foi suspensa pelo ministro da Justiça (governo Lula) após as pressões de praxe. Uma decisão da mais alta Corte do País contestada com êxito por ONGs estrangeiras e movimentos internos. Um absurdo!

O (ex) senador roraimense Mozarildo Cavalcanti (Diário do Senado Federal, 23-09-2005, p. 31758) condenou a demarcação da TI Raposa Serra do Sol em terras contínuas e evidenciou a pressão internacional, reconhecida pelo então Presidente da República. Disse o senador: “O Presidente Lula, na última audiência em que tive com Sua Excelência, o Senador Augusto Botelho presente, o Governador do Estado, os deputados (---) perguntou: quantos eleitores têm em Roraima? (---) Sua Excelência balançou a cabeça e disse que estava

sendo pressionado pela USP, pela OEA, pelas ONGs européias”. A propósito, o Príncipe Charles, criador da ONG Prince's Rainforests Project, que promoveu diversos encontros na Europa com lideranças indígenas e políticos brasileiros, defendendo aquela demarcação em terras contínuas, foi recebido pelo então Presidente Lula às vésperas da reunião decisória do STF sobre o tema em março de 2009. Coincidência ou pressão?

A soberania na Amazônia já é limitada, de fato, coroando a marcha da insensatez empreendida por lideranças que colocaram projetos pessoais e vaidades acima do interesse nacional ou, com espírito mercantilista, negociaram soberania pensando gerar retorno econômico-financeiro ao País como se dignidade nacional fosse mercadoria de troca.

A Nação, omissa, também é responsável.

AMAZÔNIA: “A MARCHA DA INSENSATEZ” II

O sínodo do Vaticano vai ativar a campanha internacional contra nossa soberania na Amazônia. Assim, é bom você saber disso que se segue

**General da Reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva
(Texto de 2011)**

Este texto é continuação do artigo “Amazônia e a ‘Marcha da Insensatez’ I”, sobre a política amazônica dos últimos governos brasileiros. Como no primeiro, remete-se ao nome do livro da historiadora Barbara Tuchman, escrito na década de 1980, pois insensatez caracteriza a política governamental naquela região desde os anos 1990.

A História ensina que cenários semelhantes, mesmo em episódios distintos e distantes no tempo e no espaço, tendem a desfechos análogos se as lideranças seguirem ou não princípios estratégicos que a experiência consagrou como definidores do resultado de eventos geopolíticos nas relações internacionais. Em estratégia, o tempo não se conta por anos, mas sim por décadas, portanto, erros cometidos em determinado momento terão consequências desastrosas muitos anos depois.

Algumas vezes, uma solução tática se afigura como excelente para resolver uma situação no presente, mas ela poderá ser causadora de problemas muito mais graves no fu-

turo. A estratégia deve guiar a tática e não o inverso. Ao se dobrar seguidamente aos desígnios de Hitler entre 1933 e 1939, para resolver questões pontuais de política externa na Europa, o Reino Unido e a França, pensando salvar a paz, permitiram a consolidação do poder político do ditador nazista, enfraqueceram a oposição alemã, deram tempo ao fortalecimento militar germânico e assim, pela imagem de fraqueza transmitida, contribuíram para o desencadeamento da II Guerra Mundial.

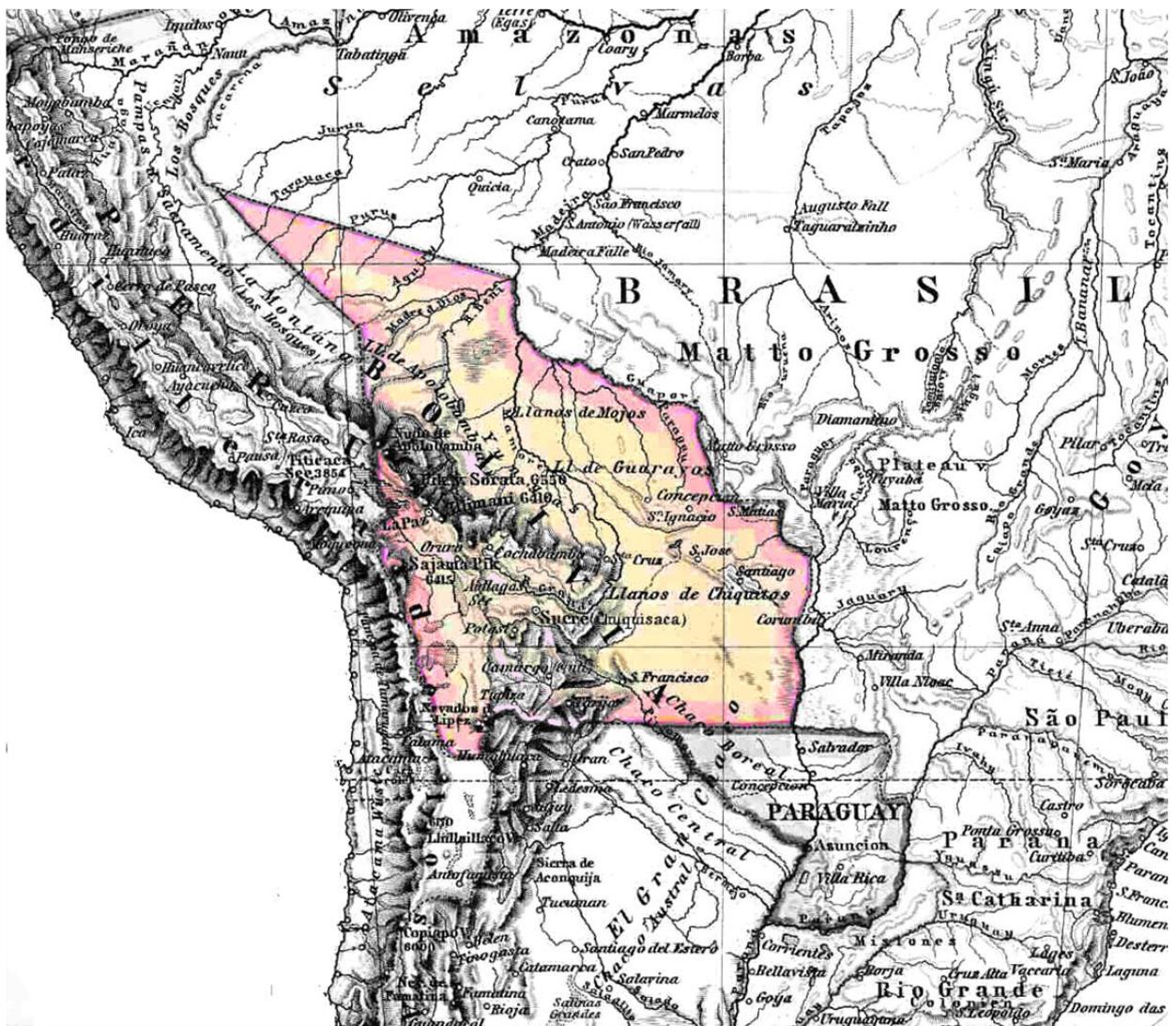
Dois casos históricos de perda de soberania e integridade territorial devem servir de alerta à Nação. O mais recente foi a independência do Kosovo, província antes pertencente à Sérvia, mas cuja população era 90% de origem albanesa. Em 1974, o Kosovo recebera autonomia, que foi cassada em 1999, levando sua população à revolta. Ante a violenta reação da Sérvia e não tendo seu consentimento para entrar com forças de paz na região, a OTAN, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, iniciada nos anos 1990. Situações

distantes no tempo e espaço, mas têm analogias que devem preocupar a Nação.

O arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate*, delegando-lhe autoridade para expulsar os brasileiros da região com o uso da força, foi o reconhecimento tácito pelo Governo boliviano da incapacidade de controlar parte de seu território. De fato, foi uma voluntária abdicação da própria soberania na região, que jamais lhe seria devolvida, haja vista a cobiça e

o poder das potências que se encontravam por trás daquela empresa comercial. A Bolívia trazia para dentro da Amazônia o Reino Unido, que ampliava sua presença já existente na Guiana Inglesa, e os EUA, aonde autoridades militares e políticas vinham, há muito tempo, manifestando o propósito de separar a região do Brasil.

Como disse Eduardo Prado em “A Ilusão Americana”: “O general Grant, num discurso pronunciado em 1883,



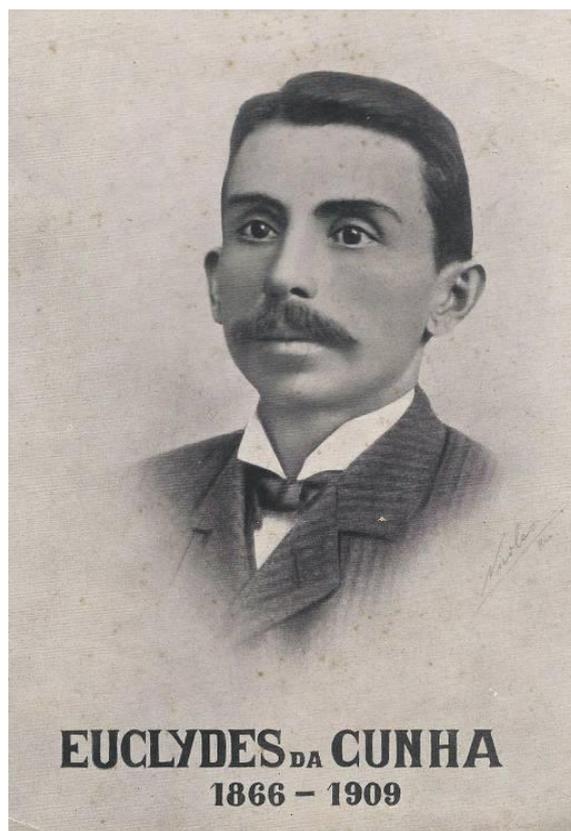
Bolívia antes da Guerra do Acre

Imagem obtida no site: <https://es.wikipedia.org>

numa recepção ao general mexicano Porfirio Diaz, chegou a dizer que os Estados Unidos necessitavam de três coisas somente, porque o resto tudo tinham no seu país. As três coisas eram: café, açúcar e borracha. E o general disse: Seja como for havemos de ter café, açúcar e borracha”.

A análise das questões do Kosovo e do Acre permite concluir: num país onde uma região rica e de importância geopolítica seja um vazio de poder, sem população nacional, ocupada por população segregada, sob liderança alienígena e ligada a outros países projeta-se um cenário de perda de soberania e integridade territorial a despeito do direito internacional.

Este é o cenário desenhado em Roraima, com potencial de expansão até o Amapá. Ao contrário de Sérvia, Bolívia e Brasil, a China povoou a província do Xingiang com etnia han, limitando a força do movimento separatista dos uigures turcomanos. A China aprendeu com a história a resistir a pressões estrangeiras. O Brasil era assim até os governos nitidamente internacionalistas de Collor e FHC e o pseudonacionalista de Lula.



Euclides da Cunha, em imagem de cartão postal do início do século XX

Foto: obtida da internet no site <https://www1.folha.uol.com.br>

“...se não te apercebes, para integrar a Amazônia na tua civilização, ela, mais cedo ou mais tarde, se distanciará, naturalmente, como se desprega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga de seu próprio movimento”. **Euclides da Cunha.**

AMAZÔNIA: “A MARCHA DA INSENSATEZ” III

Os governos não fizeram nada além de se dobrar às potências e, pasmem, até a ONGs e OIs. Agora virá o Sínodo do Vaticano. Quantos brasileiros se sensibilizarão com a narrativa do enigmático (ou globalista?) Papa Francisco

**General da Reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva
(Texto de 2012)**

O artigo é continuação do anteriores - “Amazônia e a ‘Marcha da Insensatez”, veiculado na edição --- desta publicação. O título, relembro, remete ao livro da historiadora Barbara Tuchman, escrito na década de 1980, pois insensata é a política governamental naquela região desde os anos 1990.

O texto a seguir contém, com algumas atualizações, extrato do artigo “Amazônia: vulnerabilidade, cobiça, ameaça”, que publiquei na *Military Review* (edição maio/ago de 2008) e em outras de assuntos de defesa, nacionais e estrangeiras, podendo ser acessado na Internet. A 1ª versão é de 2006, portanto, antes da adesão do Brasil à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (ONU 2007), que agravou a ameaça.

"Um vazio de poder como o da Amazônia não será permanente. Será ocupado pelo Brasil ou por outra potência, coalizão ou organismo internacional. A soberania compartilhada não será resultado de invasão, conquista ou ação militar direta em toda região. A pressão internacional, por meio de ações sucessivas em todos os campos do poder, com apoio de grupos nacio-

nais, comprometeu a nossa soberania, a partir do início dos anos 1990.

Chegará o momento em que haverá condições objetivas para uma ‘resolução da ONU’ ou ‘declaração’ de potência, coalizão ou outro organismo internacional, no sentido de impor a soberania compartilhada na região. Tais condições estão sendo criadas na Calha Norte, principalmente, em Roraima, agravadas pela sua posição geoestratégica mais exposta que o arco fronteiro a oeste e ao sul da Amazônia.

Não é provável uma invasão total da Amazônia, pois seria praticamente inviável e muito oneroso. Soberania compartilhada deve ser entendida como a posse nominal pelo Brasil, arcando com o ônus da administração, mas permitindo que a maior parte dos bônus das riquezas fique com a ‘comunidade internacional’, leia-se as grandes potências.

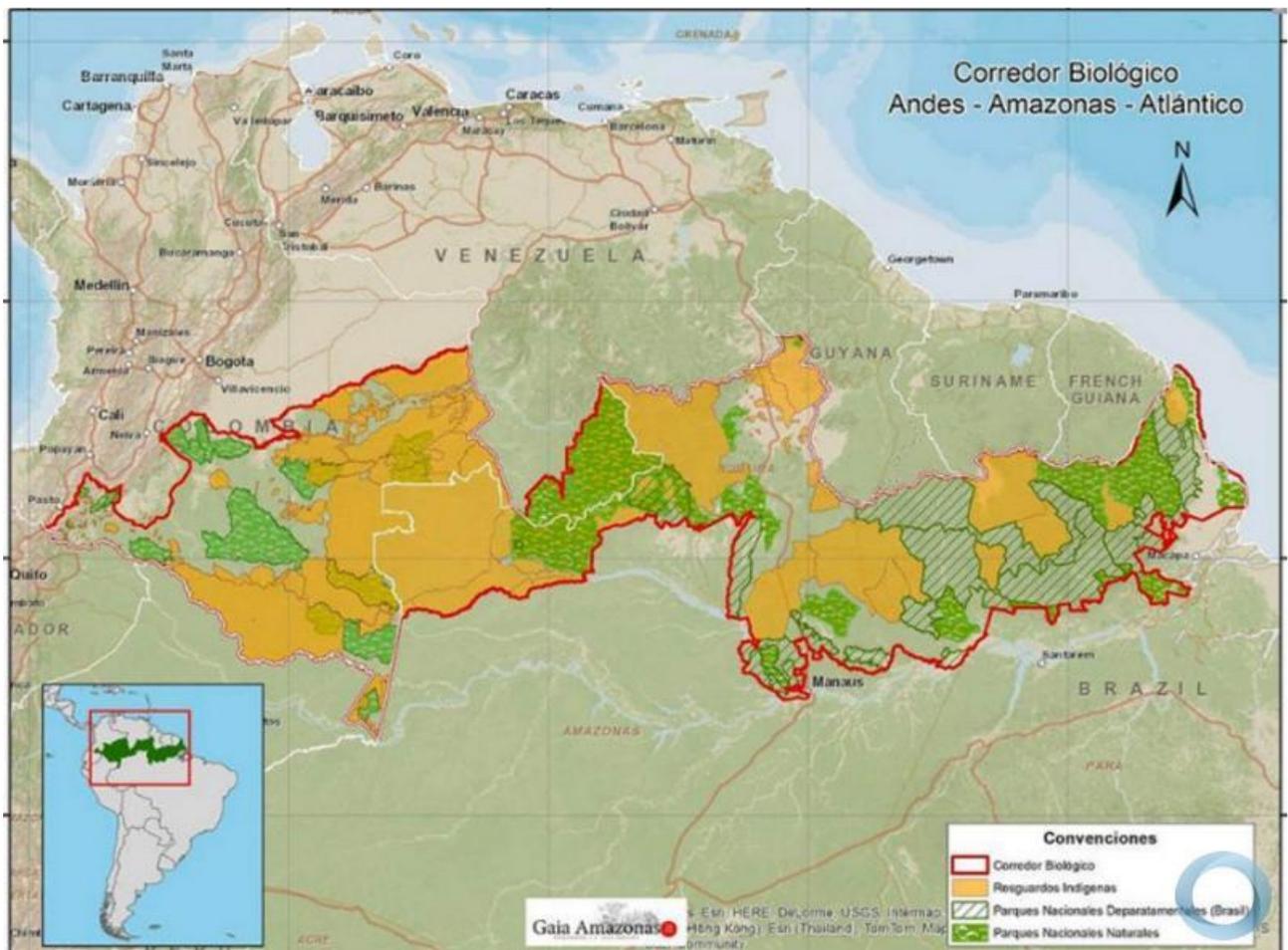
A integração da América Latina, onde se insere a América do Sul, é um objetivo nacional constante na Constituição Federal (Título I, Art. 4º). O Brasil tem um importante papel nessa integração, fruto de

sua posição geopolítica nas Bacias do Prata e do Amazonas com sua interligação à do Orenoco. No que diz respeito à América do Sul, a Amazônia Brasileira é o amálgama que une os países condôminos. Se o Brasil não exercer soberania plena sobre a sua região amazônica, não terá um papel decisivo no processo de integração, que poderá não se concretizar ou ser conduzido por outro ator.

A partir das vulnerabilidades do Brasil na região, da cobiça internacional e da nossa incapacidade de dissuasão militar, pode-se caracterizar o possível cenário de crise, em médio ou longo prazo, que passamos a descrever”.

Cenário hipotético

A necessidade de recursos estratégicos pelas potências dominantes trouxe à América do Sul novos atores poderosos como a China, a Rússia e a Índia. Os EUA, antes quase hegemônicos, perderam a condição de se impor em todo globo terrestre e não têm como impedir a projeção desses competidores em sua tradicional área de influência, embora ainda sejam a maior potência militar. O Brasil, nesse contexto, tem dificuldade em exercer a liderança na América do Sul e muitos parceiros continentais, atraídos pelo poder de barganha dos novos atores, nem sempre apoiam o Brasil em seus contenciosos.



Corredor Biológico ANDES - AMAZÔNIA – ATLÂNTICO

Imagem: Site <http://www.defesanet.com.br>

“Os recursos da Amazônia, muitos recentemente descobertos, são escassos no mundo e vitais para as grandes potências competidoras e seus aliados, como são os do Oriente Médio na atualidade”.

Os novos atores presentes no subcontinente passaram a ser, também, diretamente interessados na exploração vantajosa de nossos recursos, à revelia dos interesses brasileiros. A exemplo do que fizeram os Impérios contra a China no século XIX, ao invés de entrarem em conflito entre si, as grandes potências competidoras viram mais vantagem em entrar em acordo e impor ao Brasil condições compartilhadas de exploração de nossas riquezas.

Desencadeiam intensa campanha mundial de modo a apresentar o Brasil como um País sem condições de gerir a Amazônia, preservar o meio ambiente, apoiar e proteger as populações indígenas e coibir o tráfico de drogas e outros delitos transnacionais. Procuram mostrar a necessidade de ingerência internacional para assegurar o desenvolvimento sustentável da região e o aproveitamento de suas riquezas por ‘toda a comunidade de nações’, bem como para deter a destruição da floresta (‘pulmão do mundo’), que alegam ser uma das principais causas do aquecimento global.

As potências, coligadas ou não e com ou sem o aval da ONU, pressionam o Brasil nos campos político, psicossocial (propaganda adversa e guerra psicológica), econômico (boi-

cote) e científico-tecnológico (boicote), aplicando a estratégia indireta, a fim de serem atendidas em seus interesses sem a necessidade de empregar o poder militar. O Governo resiste a essas pressões, que comprometem a soberania nacional, e sofre a escalada dos boicotes e da propaganda adversa a que se soma, agora, a ameaça, no campo militar, de ocupação, bloqueio ou destruição de áreas estratégicas sensíveis do território nacional, não necessariamente na Amazônia. Tentam, assim, evitar uma intervenção com tropa, por considerar o elevado custo da invasão”. [Fim da descrição].

O desfecho desse cenário pode ser um conflito armado. Ao militar e ao diplomata cabe a responsabilidade de identificar ameaças potenciais ao país, a fim de que se tomem hoje as medidas necessárias para impedir que elas se tornem concretas amanhã. Relações exteriores envolvem, além de outras instâncias, tanto diplomacia quanto defesa nacional. Se a Nação desconsidera ou despreza a possibilidade de conflitos em que o poder militar deva ser empregado de forma direta ou indireta, se crê que eles possam ser solucionados sem perdas, apenas pela diplomacia, então para que Forças Armadas com os custos que elas impõem? Uma ameaça deve ser visualizada antes de ser vista, pois se um país quiser “ver para crer”, será tarde demais.

Defesa não se improvisa!

AMAZÔNIA E OS RISCOS DA SOBERANIA DO BRASIL

Artigo do General Luiz Eduardo Rocha Paiva publicado em 2009 no Estadão, continua atual, com o desabafo que ele fez ao editor da Convergências: “O que os governos fizeram? Nada!!!”

**General da Reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva
(Texto publicado em 10 de agosto de 2019 by Convergências)**

VISÃO DESFOCADA

Por que o governo não vê ameaça na existência de dezenas de imensas terras indígenas na faixa de fronteiras, criadas pelo Brasil sob pressão internacional e onde o índio é liderado por ONGs estrangeiras financiadas por potências alienígenas, inclusive os EUA? Organismos internacionais, ONGs e líderes mundiais não veem o índio

como cidadão brasileiro e defendem a autonomia de suas terras, com base na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas aprovada pela ONU com voto favorável do Brasil.

A pressão internacional no âmbito político, econômico e psicossocial é que concretiza a verdadeira ameaça que vai, aos poucos, impondo-nos a soberania limitada na Amazônia. A Nação e suas lideranças assistem passivamente a esse

AMAZÔNIA INTERNACIONAL

Location:

Amazon rainforest,
South America



Imagem: <https://amazonialatitude.com/2019/05/23/amazonia-internacional/>

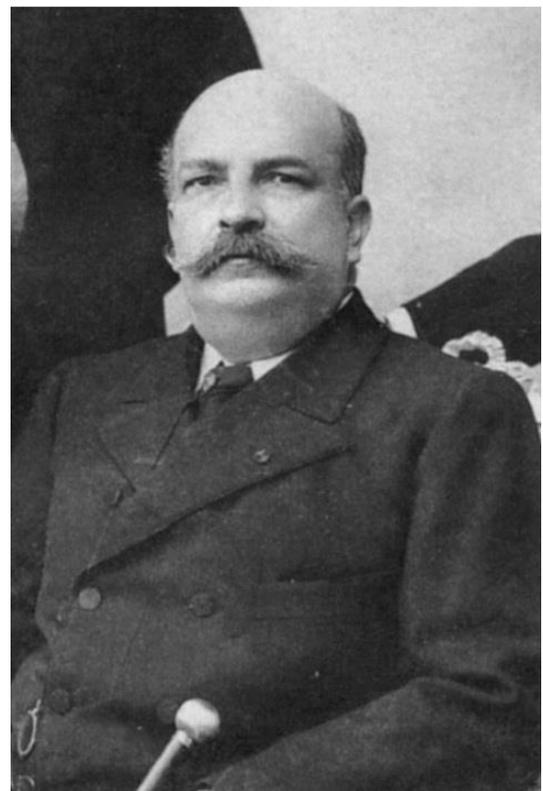
processo, demonstrando não estarem à altura das gerações que nos legaram, com inteligência e sacrifício, o país-continente que herdamos. A soberania limitada será exercida pela imposição de diretrizes e pelo uso privilegiado dos recursos da Amazônia, deixando-nos o ônus da administração sob fiscalização estrangeira. Não implica a conquista militar de toda região, basta controlar uma área de capital importância, em qualquer parte do Brasil, e usá-la como moeda de troca caso o País desperte e passe a resistir àquela pressão.

Segurança nacional não é calçada apenas no poder militar como ficou provado na desintegração da URSS. Se o Brasil insistir em suas equivocadas políticas e estratégias de ocupação, desenvolvimento, preservação e integração da Amazônia não adiantará dispor de Forças Armadas potentes, pois as condições objetivas para a imposição da soberania limitada estarão concretizadas em alguns anos. Quem analisar a perda do Acre pela Bolívia e compará-la com a evolução da questão indígena no Brasil, desde o início dos anos 90, perceberá a analogia entre os dois históricos. A China, ao contrário da Bolívia no Acre e do Brasil nas terras indígenas, neutralizou o separatismo da etnia uigur na província Xinjiang, mediante sua ocupação com a etnia han (chinesa), hoje predominante na região.

Quanto às bases em questão, do ponto de vista militar, as direções estratégicas que partem da Colômbia não são tão favoráveis quanto às oriundas do Atlântico, que incidem na Amazônia brasileira através da região guianense. Em termos geográficos as últimas evitam os

Andes, são apoiadas por mar, não dependem tanto do apoio aéreo e estão diretamente orientadas para regiões de capital importância como a foz do rio Amazonas, Belém, Boa Vista e Manaus. Em termos políticos, existem vínculos atuais e históricos das Guianas com as antigas metrópoles europeias, não ibéricas, interessadas nos recursos da Amazônia, grandes financiadoras de ONGs e aliadas dos EUA na OTAN.

Nas relações internacionais, o poder do mais forte é empregado sempre que estão em jogo interesses importantes ou vitais. Se a opção militar for necessária para resolver o conflito, uma potência empregará suas Forças Armadas desde que o oponente e seus possíveis aliados não tenham capacidade de dissuasão. Assim foi com os EUA



José Maria da Silva Paranhos Júnior – Barão de Rio Branco. Diplomata, cônsul, político, advogado, geógrafo e historiador. (1945-1912)

Foto: obtida da internet no site Wikipédia

nos Balcãs e está sendo no Oriente Médio e na Ásia Central.

A visão dos governos brasileiros tem sido desfocada do essencial em termos de segurança nacional, levando-os a graves erros estratégicos por não perceberem que: diplomacia e defesa têm por obrigação antever e preparar-se para enfrentar uma ameaça quando ela ainda está no horizonte do “possível”, pois se esperarem que se torne “provável” será tarde demais para neutralizá-la; e que política externa é diplomacia e defesa. Por isso, o setor militar deve ocupar um espaço no núcleo decisório do Estado, no mesmo nível da diplomacia como foi no passado. O Barão do Rio Branco, um dos maiores diplomatas e estadistas brasileiros, disse: “não se pode ser pacífico sem ser forte”.

O desequilíbrio entre os campos do poder nacional, com perigosa indigência militar e científico-tecnológica e, no campo psicossocial, a lamentável decadência moral da Nação tornam o País vulnerável, ainda que se projete como potência econômica. Os recursos nacionais, em um mundo ávido por energia, ganham importância para os EUA por estarem em sua área de influência, na medida em que sua obtenção fica mais dispendiosa e incerta em outras regiões do globo.

Extraído de: <https://convergencias.org.br/amazonia-e-os-riscos-da-soberania-do-brasil-em-artigo-do-general-rocha-paiva/>

FIM DA COLETÂNEA



SAGRES

POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS



CONHEÇA MAIS SOBRE O AUTOR:



Gen Luiz Eduardo Rocha Paiva

Possui cursos de nível graduação, mestrado e doutorado na área de Ciências Militares, respectivamente, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). É pós-Graduado pelo MBA Executivo do Exército Brasileiro – Especialização – na Fundação Getúlio Vargas. Realizou o Curso de Altos Estudos Militares da Escola Superior de Guerra do Exército Argentino, nível pós-graduação, e o Curso de Assalto Aéreo, técnico-operacional, na 101^a Divisão de Assalto Aéreo do Exército dos EUA. Foi instrutor na AMAN, EsAO e ECEME e Observador Militar da ONU em El Salvador – América Central. Como oficial superior, serviu no Estado-Maior do Exército, na Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento, no Comando Militar do

Planalto, no Gabinete do Ministro do Exército e no Gabinete do Comandante do Exército. Comandou do 5º Batalhão de Infantaria Leve (Regimento Itororó) da Força de Ação Rápida do Exército. Na oportunidade, comandou missão de pacificação no Sul do Pará em conflito entre o MST e fazendeiros locais. Como oficial-general, foi Gerente da implantação do Programa Excelência Gerencial do Exército, Secretário-Geral do Exército e Comandante da ECEME. É professor emérito da ECEME.

Diretor da Área de Geopolítica e Conflitos do Sagres e membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Realiza palestras e escreve artigos publicados em livros, jornais e revistas nacionais e estrangeiras, sobre geopolítica, estratégia, liderança, política nacional e segurança.

CONHEÇA MAIS O INSTITUTO:



SAGRES

POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

SHCN CL Qd. 309 - Bloco B - Salas 213/17 - Asa Norte
70755-520 - Brasília/DF - Tel. (61) 3272.7078

O Instituto SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de soluções tecnológicas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, bem como eventos, consultorias, capacitação, desenvolvimento e treinamento, em suas áreas de conhecimento. Desenvolve suas atividades por intermédio da execução direta de projetos, programas ou planos de ação, bem como da prestação de serviços a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos públicos e privados que atuam em áreas afins. Está qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, conforme despacho da Secretaria Nacional de Justiça, publicado no DOU de 15 de agosto de 2006.

POR QUE SAGRES?

O nome do Instituto é uma homenagem ao Projeto Estratégico que ficou conhecido como “Escola de Sagres”, ressaltando a ligação atávica entre as nações brasileira e portuguesa. Embora não haja evidências históricas da existência de instalações físicas, características de uma escola formal, a região de Sagres tornou-se o principal cenário das atividades do Infante D. Henrique, como planejamento de viagens, estudo de instrumentos, arquitetura naval, navegação e cartografia, tudo em constante interação com sábios visitantes e especialistas residentes. O Projeto permitiu a Portugal o domínio das rotas comerciais do Atlântico Sul, da África e da Ásia, a ponto de fazer do idioma lusitano a língua franca da época, usada em portos dos três continentes.

A presente coletânea está disponível em:
<http://sagres.org.br/trabalhos-disponiveis/>





SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS